

## **Político-docente *versus* professor-educador: uma abordagem ética no ensino superior**

### ***Politician-teacher versus teacher-educator: an ethical approach in higher education***

Dorivaldo Manuel<sup>1</sup>

#### **RESUMO:**

O trabalho desenvolvido é uma reflexão crítica e incompleta, que busca, através da abordagem ética no Ensino Superior, com o apoio do método dedutivo e hipotético-dedutivo, distinguir a posição moral do político, que é docente, e do professor, que é educador. Deste modo, constata-se no trabalho a evidência sobre o conceito de moral e a noção da existência de muitas éticas, isto é – a ética teleológica, ética deontológica, que sustenta a ética da profissão docente, em relação à Códigos de Conduta, ética da responsabilidade e convicção. Ora, percebe-se a vinculação das éticas, mas a pesquisa focou-se na ética do cuidado de Leonardo Booff para sugerir uma ética na actividade binária do Ensino Superior, não obstante evidenciar os descuidos do professor, que não é educador, num confronto de ideias sobre o político-docente versus professor-educador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética; Ensino Superior; Político-Docente; Professor-Educador.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciência Política e mestrando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de Direito. Pós-graduado em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. dorival935197315@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0008-5048-9349>.

**ABSTRACT:**

The work developed is a critical and incomplete reflection, which seeks, through the ethical approach in Higher Education and with the support of the deductive and hypothetical-deductive method, to distinguish the moral position of the politician, who is a teacher, and the teacher, who is an educator. In this way, the work shows evidence about the concept of morality and the notion of the existence of many ethics, that is – teleological ethics, deontological ethics, which supports the ethics of the teaching profession, in relation to Codes of Conduct, ethics of responsibility and conviction. Now, the link between ethics can be seen, but the research focused on Leonardo Booff's ethics of care to suggest ethics in the binary activity of Higher Education, despite highlighting the carelessness of the teacher, who is not an educator, in a confrontation of ideas about the teacher-politician versus teacher-educator.

**KEYWORDS:** Ethics; University education; Politician-Teacher; Teacher-Educator.

## 1 Introdução

O presente trabalho é sobre O Político-Docente versus Professor-Educador: uma abordagem sobre a ética no Ensino Superior. O termo político-docente é uma criação para evidenciar a posição pedagógico-moral de um político, que também é docente do Ensino Superior, não obstante, de igual modo, diferenciar a posição deste, face a característica do professor, que é educador. Assim, embora o político seja um elo crescente, cuja evidência relacional não pode ser considerada trivial ou mera novidade, se considerarmos a máxima dos especialistas da educação de que “todo professor é docente, mas todo docente não é professor”, sendo este completável como educador.

Deste modo, a apesar da supra máxima parecer ambígua, obviamente, em função das novas tendências pedagógicas, considera-se o tema importante para reflexão crítica das sociedades destinadas ao/para o desenvolvimento, em que muitos políticos levam a vocação política na academia, juntando os caprichos ideológico-partidários com o conhecimento científico, embora haja políticos docentes, que sabem separar o ser político do ser docente. Assim, com intenção de proporcionar solução de um fenómeno, sem gerar juízos de valores, mas desenvolver um assunto preciso e construtivo para o interesse geral, partimos da questão sobre qual é a posição moral do político-docente e do professor-educador no ensino superior?

Para resposta da pergunta correlacionada ao objectivo geral de desenvolver aspectos relacionados a ética do político-docente versus professor-educador nas Instituições de Ensino Superior, empregamos o método dedutivo e hipotético-dedutivo, em relação a função descritiva do tipo de pesquisa básica e de natureza qualitativa. Ademais, não descuro, metodologicamente, a técnica da abordagem documental indirecta, que à luz do levantamento bibliográfico sobre as obras e artigos confluídos no tema, serviu-nos de meio para edificação do trabalho científico e com pendor, multidisciplinarmente, filosófico (a ética é interior da filosofia). Porém, do ponto de vista estrutural, o trabalho consiste em duas secções, na primeira secção, o fundamento intrínseco e conceptual, tem a ver com a descrição de três éticas (teleológica, deontológica, humana) e a moral, sem deixar de entrelaçar com o político-docente versus professor-educador, não obstante, na segunda secção, haver a análise contextual sobre a posição destes no quadro do Ensino Superior, sem descuro os pormenores didático-pedagógicos elucidativos, falíveis e sempre incompletos na abordagem.

## 2 A ética, as éticas e a moral

Existem muitas éticas, que podem ser restringidas por éticas humanas e éticas religiosas, sendo a primeira de criação dos homens e a segunda de criação divina. O fundamento da ética e, sobretudo, da moral é tão controverso, quer as criadas pelos homens, tanto como as relacionadas com as doutrinas religiosas. Apesar das controvérsias levantadas por pensadores muito bem identificados no campo acadêmico<sup>2</sup> ser assunto de livre-arbítrio, é importante realçar que não é nosso objectivo identificar vários pontos de vistas sobre a ética ou meta-ética<sup>3</sup>.

Por exemplo, quando falamos que existem muitas éticas, não descuramos as que lecionamos na UAN-FCS (Lelo e Dorival, 2024), concretamente, a ética descritiva e normativa, a ética naturalista/evolucionista ou bioética, a ética cognitivista e não-cognitivista, a ética política, ética da convicção e responsabilidade, ética teleológica, ética deontológica, ética do cuidado e outras éticas humanas. Obviamente, diferentes obras discorrem sobre éticas, que não são meta-éticas, num campo democrático como a filosofia. Pois, das que mencionamos, apenas faremos menção da classificação mais utilizável, sem descurar a vinculação com a ética da responsabilidade, embora para o nosso estudo, emprega-se com realce a ética humana ou do cuidado e o seu vínculo com a ética da profissão educativa superior<sup>4</sup>.

O que é ética e o que é moral? Não é fácil responder esta pergunta, mas é acreditamos que o mundo é intermediado por estas duas palavras intrínsecas. Etimologicamente, a ética compreende-se-lhe por êthos-caracter e ethos-costume, isto é, o primeiro tem uma dimensão individual do hábito do sujeito consigo próprio, o segundo consiste na dimensão social de normas éticas que se impõe a todos. Deste modo, como Disciplina começou por ser ética do êthos e não do ethos a priori (Santos, 2012). Entende-se que o *êthos* é uma forma de ser, agir e

---

<sup>2</sup> Estamos a falar de pensadores como Platão, Aristóteles, Espinosa, Kant, Charles Darwin, Friedrich Nietzsche, Freud, Maquiavel, Hobbes, Hume, George Moore, Habermas, Rawls e Weber e outros não menos importantes no campo do estudo sobre ética enquanto disciplina e pensamento moral.

<sup>3</sup> Meta-ética é um conjunto de estudos que se dedicam a averiguar os fundamentos e pressupostos das teorias éticas. Assim, supondo que a questão que queremos ver solucionada quando olhamos para o mundo de um ponto de vista ético é a de saber como devemos agir, competirá às teorias meta-éticas indagar sobre o estatuto dessas respostas (Cadilha, 2018:123).

<sup>4</sup> Concordamos com Arne Wiig *et al* (2016:11), que a ética tem sido há muito tempo uma área de estudo controversa nos sectores profissionais ligados ao Direito, Política, Filosofia, Teologia, Administração Pública e em outras áreas de estudo. Alguns profissionais, no entanto, irão rejeitar qualquer estudo ou teoria de ética como não pertinente para os seus trabalhos.

pensar de um indivíduo, que encontra na sociedade *ethos*<sup>5</sup> ou padrões que se sujeita a obedecer, pode se dar o caso de um docente ou professor, que cumpre o regulamento da escola, e não manda ou des/obedece na escola (ou aos estudantes) conforme manda ou des/obedece os seus filhos em casa; embora neste lugar prevaleça o critério do carácter e da norma ética.

Augusto Saraiva (1973) remete que ética e moral têm na origem significados semelhantes [...]. Pois, um sistema moral assenta em noções como a condição do acto moral face a consciência moral (possibilidade de distinguir o bem do mal) e a liberdade (possibilidade de escolher entre o bem e o mal), e em noções como a consequência da acção moral face a responsabilidade (obrigação de prestar contas pelo acto praticado), e a sanção (pena a que está sujeito o agente moral, em caso de violação da norma). Neste sistema verifica-se, segundo Saraiva (*ibidem*) que a consciência moral (do homem, quer político, professor, docente ou cidadão), não carece de aspecto discriminativo que lhe permite identificar o bem e mal, um aspecto prescritivo, que consiste na orientação de comportamento, e apreciativo, que tem a ver com juízos de valores sobre os actos realizados. Cujos juízos nos remetem a julgamentos como um cidadão moral, imoral e amoral, três adjectivos que distinguem os homens e pessoas.

Assim é importante mencionar Aristóteles (1991) para dizer que “cada qual julga bem as coisas que conhece, e dessas coisas é ele bom juiz. Assim, o homem que foi instruído a respeito de um assunto é bom juiz nesse assunto, e o homem que recebeu instrução sobre todas as coisas é bom juiz em geral”. Ora, ainda do ponto de vista etimológico, Cícero consagrou que moral, tal como ética do *êthos* ou *ethos*, vem de *mores*, que em português, é adjectivado em:

- a) Moral versus imoral (isto é, ser moral conforme o cumprimento do código ou das normas da moral universal, grupos ou sociedades, face a consciência moral, e ser imoral não conforme o cumprimentos da ordem moral ou da consciência moral).
- b) Moral versus amoral (*i. e.* ser moral conforme a moralidade, ser amoral não conforme a moralidade, é um comportamento indiferente, fora da moral ou da consciência moral – ex.: um louco) (Santos, 2012:50-51).

---

<sup>5</sup> Para Leonardo Boff (1999:11) “*Ethos* em seu sentido originário grego significa a toca do animal ou casa humana, vale dizer, aquela porção do mundo que reservamos para organizar, cuidar e fazer o nosso habitat”. É com este autor que vamos elevar o fenómeno ético nas Instituições de Ensino Superior, porque entendemos ser tão forte, em si, a palavra cuidar ou ética humana no Ensino Superior.

No presente século desafiante, em que vivemos, as relações são feitas com as pessoas inescapáveis a esses atributos (pessoa moral, imoral e amoral), que muitas vezes resultam de atitudes de prazer (hedonismo, utilitarismo e altruísmo), rompendo regras em detrimento pessoal, embora haja sempre um moral racional (professor, docente ou político cidadão), que, independentemente, do acto consequencialista, é sempre o bem superior em causa.

Quanto a evolução histórica da ética, importa salientar que Sócrates, Platão e Aristóteles simbolizam o intelectualismo moral. Porém, sem descurar Kant com o racionalismo clássico da razão prática, no século XIX, como expressão de crise de valores dominantes da sociedade ocidental, surgiram as éticas de Nietzsche, que denunciaram o carácter negativo da moral cristã, Freud, que identificaram a ética com o superego, e Marx, que identificaram a moral com a ideologia dominante (Varela Santos e Macedo Lima, 2011). Deste modo, a reflexão ética é compreendida em três momentos-chave, observando José Manuel Santos (2012).

1. Antiguidade grega (século V e IV a.C). Nascimento da questão ética na época de Sócrates com foco no problema sobre como o homem deve viver (470-399, a.C), e a fundação autónoma e sistemática da ética como disciplina filosófica em Aristóteles (384-322. A.C).
2. Época moderna europeia (século XVII e XVIII). Prevalece neste período a moral cristã, com motivação negativa, que para Kant é a ética heterónima, criada por Deus, sendo contrariada pela ética da modernidade, criada pelos homens; isto é, a ética autónoma, que institui a questão o que devo fazer, face o princípio que rege meu comportamento para com os outros seres racionais?
3. Época contemporânea. Que depois de muitos anos constata-se problemas éticos novos, tais como a preservação do meio ambiente, problema de armas ou guerras mortíferas, problemas derivados da globalização, problemas biotecnológicos, face as criações desmedidas.

Se buscarmos estudar as épocas da reflexão ética em sistemas de crises, vamos perceber que a ética é uma cura intermediária da imperfeição humana, pode ser comparada com o medicamento que combate a doença VIH SIDA, se entendermos que a mesma serve para ajudar o homem a viver, de modo a evitar a morte e outras consequências da vida social. Por isso, entendemos fundamentar as intrínsecas éticas teleológicas e deontológicas, ética da

responsabilidade e cuidado, fundamentalmente esta última, que tem um grande significado na actualidade em termos de reflexão para orientação dos homens e resolução de crises no seio das instituições profissionais, senão do mundo. Porém, a partir das seguintes abordagens, entrelaça-se os conceitos com os contextos, pois, é sobre o político-docente versus professor-educador no quadro da ética no Ensino Superior, em relação a actuação didático-pedagógica, que interessa<sup>6</sup>.

### 3 Ética teleológica/deontológica

Na sua origem, teleologia vem do grego “telos”, que significa fim, razão pela qual a ética teleológica é tida como ética dos fins, o mesmo dá-se a deontologia, que do grego “*deon*”, significa dever ou obrigação, porém, pressupõe a ética do dever (Lelo, 2022). Trata-se de duas teorias que deram origem a grandes tradições éticas inconciliáveis, mas, apesar disso, questiona-se como pode haver ligação entre ambas tradições teleológicas e deontológicas? Esta questão foi proposta por Paul Ricouer como forma de dar continuidade entre a moral e ética, sendo por ele a ética entendida no sentido aristotélico um fim (*telos*) e a moral no sentido Kantiano entendido como autoconstrangimento da lei imposta pela razão (Élsio Corá e Clóvis Brondani, 2010).

Para Emanuel Kant, face a visão ética-deontológica, o mais importante para o alcance do fim ou da felicidade é o cumprimento do dever, ou seja:

A vontade, como sujeito da moral, não supõe apenas uma regra; antes, visa um fim primordial. Este deve ser apropriado à regra, constituindo ambos a condição inicial da moralidade, ou seja, a possibilitação de um imperativo categórico, de uma necessidade moral absoluta. Como todo o princípio ético reside em nossa razão autônoma, o fim de sua vontade só poderá ser absoluto, isso de tal modo que não seja tomado como um meio de qualquer outro escopo. Dessa forma, a personalidade humana inclui o único fim absoluto (Kant, 1959:4).

O imperativo categórico realçado é o elemento nuclear de Kant (Arne Wiig *et al*, 2016), buscando evidenciar o cumprimento do dever como meio de alcançar a felicidade. A ética

---

<sup>6</sup> A relação entre ética e moral é marcada pela supremacia do momento teleológico, de um lado, porém, de outro, é marcada pela necessidade deste passar pelo crivo da norma. Em outras palavras, a ética possui o seu lugar próprio, mas necessita submeter-se ao crivo da norma moral, ou seja, da autonomia. Cuja relação completa-se de forma circular: A ética enquanto busca fins legítimos para acção, antecede a moralidade, posto que, o sujeito moral é de saída, é um ser no mundo dos fins éticos. Porém, em outro sentido, a norma moral é a instância individual e regulativa pela qual os fins individuais devem passar e, de forma autónoma, ser ou não aprovados (Corá e Brondani, 2010:47).

deontológica sustenta a base teórica da ética profissional ou das Organizações Institucionais<sup>7</sup>, tendo em conta que a forma de agir enquanto profissional (um professor etc) pressupõe cumprir deveres éticos. Porém, ao contrário da ética deontológica kantiana, a ética teleológica (ou utilitarista), também é tida como ética consequencialista por dar atenção as consequências das acções (ética da virtude). Porém, o utilitarismo é uma ética orientada para o “bem”, sendo este bem concebido como coisa ou facto “útil” e, cujo bem produzido, não deve apenas beneficiar o agente da acção, mas, sim, indivíduos da sociedade<sup>8</sup>. O bem é, portanto, na ética das virtudes, a própria vida do indivíduo na sua integridade e complexidade, se ele conseguir fazer dela uma vida conseguida ou bem-sucedida (Abel Lelo, 2024).

O cumprimento do dever como conteúdo do bem é um facto inadiável, tal como o fundamento teleológico sobre a ética da virtude utilitária. Defendemos que combinar as duas éticas, faz do homem um cumpridor de deveres (ética deontológica), e um dotado de carácter (ética teleológica), que o torna um sujeito ético relativamente bom. Afirmar-se, relativamente, bom, porque a discrepância entre as éticas resulta de dependência – isto é, para ética deontológica o bem depende do justo, enquanto para ética teleológica, o justo depende do bem. Pois, nos termos de John Rawls, o justo é definido em função do bem, significa que é “justo” o acto que realiza o útil (*ibidem*). Embora o utilitarismo seja uma ética com fundamentos contemporâneos, obviamente, a ética kantiana interessa-nos, porque se trata de um assunto deontico, que posto em prática evita-se as consequências de dor, prazer e desejo para alcançar a felicidade (utilitarismo)<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Segundo Patrão Neves (2016) a deontologia é entendida como ética profissional, ou seja, um “Código Deontológico” é um conjunto de normas que incidem sobre obrigações, responsabilidades, direitos e regulam o exercício de uma profissão, incluindo regras de natureza: - ética ou moral, que visam assegurar a integridade (carácter) do profissional; - jurídica e administrativa, que visam assegurar a qualidade (técnica) do exercício da profissão.

<sup>8</sup> Kant é contra o utilitarismo e contra outras filosofias morais do seu tempo, porque, por exemplo, para ele um *utilitarista* diria que o assassinio é aceitável se maximizar o bem para o maior número de pessoas; e aquele que se preocupa com a maximização do resultado positivo para si próprio, encararia o assassinio como aceitável ou como irrelevante. Portanto, Kant defendeu que estes sistemas morais não podem induzir uma acção moral ou ser vistos como a base para os juízos morais, pois baseiam-se em considerações subjectivas (Arne Wiig *et al*, 2016:16).

<sup>9</sup> O utilitarismo, para Bentham (*apud* Shapiro, 2006:26) tinha uma base naturalista fundada nos imperativos de sobrevivência do organismo humano. Bentham reconhecia que a dor e o prazer tinham origens e condicionantes religiosos, morais e políticos, e insistia que todos se baseavam nas origens e nas condicionantes físicos da dor e do prazer, sendo secundários em relação a estes.



#### 4 Ética da responsabilidade, ética da convicção, ética do cuidado

A abordagem sobre a ética da responsabilidade e convicção consiste na possibilidade de descrever a ética do político ou de grupo e de indivíduos, cujo político referido é um membro de um partido político, Direcção do Estado ou do Corpo do Estado, que a despeito do seu *status* ou posição intelectual pode ser um individuo docente ou professor, que leciona numa Instituição de Ensino Superior, em que não prevalece a ética política ou da responsabilidade do grupo do político. Como dissemos, a ética é um assunto abrangente, contraditório e complexo, pois, nem sempre a ética do político combina com a ética do docente ou professor, mas, se o objectivo dos mesmos é cuidar, tendo em conta o *êthos* ou *ethos*, então, podem estar na esfera da ética humana e ter em conta que a atitude individual em relação a atitude colectiva, face a aplicação dos meios e métodos de ensino-pedagógicos, é que os torna apreciáveis (como político-docente versus professor-educador) nas Instituições de Ensino Superior,

Norberto Bobbio ao fundamentar a política como ética do grupo, deixa claro e num contexto científico e filosófico que:

O critério da ética da convicção é comumente empregado para julgar acções individuais, enquanto o critério da ética da responsabilidade é comumente empregado para julgar acções de grupo, ou ao menos cumpridas por indivíduo em nome ou por conta do próprio grupo, seja ele o povo, ou a nação, ou a Igreja, ou a classe, ou a partido etc. em outros termos, pode-se dizer que a diferença entre moral e política, ou entre ética da convicção e ética da responsabilidade, corresponde também a diferença entre ética individual e de grupo. A proposição inicial, segundo a qual aquilo que é obrigatório na moral nem sempre é considerado obrigatório na política, pode ser traduzida nesta outra fórmula: aquilo que é obrigatório para o individuo nem sempre é obrigatório para o grupo ao qual esse individuo pertence (Bobbio, 2000:175).

É importante realçar, que Bobbio nos ajudar a esclarecer, que tanto o político como o docente ou professor-educador fazem parte de um grupo e um deve/outro não deve pôr em causa o princípio da moral pública em detrimento de determinadas acções responsáveis – mas que acções entre o político e o docente ou professor? A resposta desta questão é consensual, porque na política há acções que importa para salvaguardar a razão do Estado (em relação a avaliação das consequências), pois, o professor não pode agir como político (ética da convicção), praticando, eventualmente, actos sem moral ou injusto com justificações justas

(ética política), sendo a moral a sua razão, distinguindo-o da razão política<sup>10</sup>. Mais adiante, vamos justificar esta afirmação com Weber no quadro da distinção do político-docente versus o professor-educador ou, concomitantemente, cientista<sup>11</sup>.

Deste modo, entende-se que é sobre a ética do cuidado ou ética humana, que o fundamento da ética da profissão docente deve, socialmente, assentar. Pois, há quem defende que “a profissionalidade, o sentido social e a humanidade serão as três virtudes nucleares que integram a ética do docente [...], uma vez que educar é cuidar do futuro, a partir do presente [...], na relação com os outros” (Cassiano Reimão, 2006:54). O termo docente versus professor é uma discussão *a posteriori*, pois, ambos têm a missão de cuidar, por isso entendemos enfatizar Leonardo Boff para evidenciar que:

Cuidar é mais que um *ato*; é uma *atitude* (*sic*). Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma *atitude* de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro [...]. Disse-o o filósofo que melhor viu a importância essencial do cuidado, Martin Heidegger (1889-1976) em seu famoso *Ser o Tempo*: — Do ponto de vista existencial, o cuidado se acha *a priori*, antes de toda atitude e situação do ser humano, o que sempre significa dizer que ele se acha em toda atitude e situação de fato. Quer dizer, o cuidado se encontra na raiz primeira do ser humano, antes que ele faça qualquer coisa (Boff, 1999:13).

Leonardo Boff fundamenta as faltas de cuidados ou descuidos que afectam o mundo e propõe a ética do cuidado num contexto solucionável, busca apoio em Martin Heidegger (1889-1976) e defende que há dois modos de ser no mundo, isto é, “o trabalho e o cuidado”. Porém, vamos entrelaçar o trabalho face a actuação correlacionada aos métodos didático-pedagógicos, porque, segundo Leonardo Boff:

O modo-de-ser-no-mundo pelo trabalho se dá na forma de interação e de intervenção [...], a lógica do ser-no-mundo no modo de trabalho configura o situar-se sobre as coisas para dominá-las e colocá-las a serviço dos interesses pessoais e coletivos [...], o outro modo de ser-no-mundo se realiza pelo cuidado. O cuidado não se opõe ao trabalho mas lhe confere uma tonalidade diferente. Pelo cuidado não vemos a

<sup>10</sup> Max Weber quis exprimir com seus dois conceitos de ética a diferença entre um político radical e um político moderado, ou seja, entre aquele que apenas reconhece um fim e pode arriscar tudo numa única acção (ética da convicção) e aquele que quer compatibilizar diversos objetivos e reparte os riscos (ética da responsabilidade) [...], a ética da responsabilidade em Max Weber, onde a pessoa responde pelas consequências de suas acções, é uma ética de responsabilidade “acentuada”, “plena”, quando comparada com a ética da convicção, onde a pessoa é responsável apenas em manter a chama da convicção pura, como, por exemplo, protesto contra a injustiça da ordem social (Fábio Bezerra, 2016:46).

<sup>11</sup> Um outro autor não menos importante, considerando que a responsabilidade é um correlato do poder, e, por isso, a dimensão poder determina a dimensão responsabilidade; e considerando ainda que o poder se manifesta no agir do homem, rejeita a máxima de Kant (você pode, porque você deve) e propõe a seguinte: você deveria, porque você age, e você age, porque você pode (Hans Jonas *apud* Bezerra, op cit:50). Jonas ganha o seu lugar no debate sobre a ética pela sua consistência face a abordagem ecológica e política, cuja proposta sobre novos imperativos assentam numa vida humana autêntica.

natureza e tudo que nela existe como objectos. A relação não é sujeito-objecto, mas sujeito-sujeito [...], o grande desafio para o ser humano é combinar trabalho com cuidado. Eles não se opõem, mas se compõem. Limitam-se mutuamente e ao mesmo tempo se complementam (*op cit*: 44-48).

Boff, ao nosso entendimento desenvolve um assunto sobre o modo de ser humano face a crise civilizacional ou das coisas do mundo e vê o cuidado como a ética orientadora e pacificadora das relações humanas. Deste modo, face a supra menção, vamos empregar a ética do cuidado na esfera do trabalho do político-docente versus o professor-educador, numa Instituição de Ensino Superior, mas o que é um político-docente versus professor-docente? Se cuidar é atitude com o outro, como ambos cuidam os seus estudantes/instituição no contexto da consciência moral? Não é fácil responder estas perguntas sem buscarmos apoio dos métodos e meios didáticos tradicionais e modernos, que nos permitem refletir as novas tendências universitárias e distinguir quem é professor-educador versus político-docente.

## 5 Político-docente versus professor-educador

Distinguir a diferença entre político-docente e professor-educador não é tão fácil para um Cientista Político, mas a capacidade de escrever no campo das ciências sociais exige ser transversal e criativamente desenvolver temáticas para além do poder. Na sua obra política, Aristóteles (2019), consagra-se como o primeiro homem a definir o homem como um animal político destinado a viver em sociedade, percebendo o seu fim ético (a felicidade). Esta perspectiva do homem ser político abrange a concepção diferencial dos agentes políticos. Pois, interessa-nos falar apenas dos membros de partidos e governos, que têm a responsabilidade de levar nas Instituições de Ensino Superior, apenas, a vocação científica e não a vocação político-ideológico-partidária.

A máxima de que “nem todo docente é professor, mas todo professor é docente”, retiramos nas aulas de Didática do Ensino Superior do professor José Gomes (2024)<sup>12</sup>. O professor buscou elucidar-nos sobre o comportamento de um docente versus um professor-educador, e, à luz das suas explanações, entendemos fazer a junção político-docente, que na verdade é um político, que leciona na academia sem formação pedagógica versus o professor, que pode ser, também, político, mas comporta-se mediante os princípios, métodos e meios

<sup>12</sup> Observado Paulo Belonni e Freire (*apud* Nogueira *et al*, 2014), o professor é um profissional técnico, que frequenta a escola e transmite o conteúdo programado, muitas vezes sem preocupar-se com os acontecimentos que norteiam seus alunos e com o contexto social dos mesmos. Já o educador ministra aulas não apenas passando o conteúdo preestabelecido, ele procura demonstrar o seu entendimento íntimo, adequando-se ao mundo ao seu redor, facilitando a interação dos alunos entre si e com ele mesmo.

didáticos-pedagógicos na sala de aula. Ora, segundo Rubem Alves (*apud* Ferrer, 2002), “Professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão, é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança”. Significa que não basta ser professor, é importante também ser educador, porque “todo educador é professor, mas nem todo professor é educador” (*ibidem*). Professor é uma profissão, enquanto que educador é mais do que isso, é dom, é missão, é vocação.

Falando em vocação, Max Weber, na sua obra *Ciência e Política: duas vocações*, deixa claro que:

Todo jovem que acredita possuir a vocação de cientista deve dar-se conta de que a tarefa que o espera reveste duplo aspecto. Deve ele possuir não apenas as qualificações do cientista, mas também as do professor. Ora, essas duas características não são absolutamente coincidentes. É possível ser, ao mesmo tempo, eminente cientista e péssimo professor (Weber, 2017:22).

Levanta-se um outro problema com esta menção, isto é, para além do político-docente, existe, concomitantemente, o cientista-docente, que tendo a vocação para produção científica, pode não ter para ministrar aula ou ético-pedagogicamente lecionar. Um professor que combina esta vocação com a ciência, responde a questão levantada por Weber (*ibidem*) – qual o significado da ciência no contexto da vida humana e qual é o seu valor? Diante desta questão faz menção do sétimo livro da República de Platão sobre os prisioneiros confinados à caverna e enfatiza o valor de despertar os prisioneiros de uma determinada sociedade à verdade da ciência ou para luz concebida como mundo real. Porém, ainda assim, concorda que:

A política não tem lugar nas salas de aulas das universidades [...], no que concerne aos docentes [...], uma coisa é tomar a posição política prática, e outra coisa é analisar cientificamente as estruturas políticas e as doutrinas de partidos [...]. A um professor é imperdoável valer-se de tal situação para buscar incutir, em seus discípulos, as suas próprias concepções políticas, em vez de lhes ser útil, como é de seu dever, através da transmissão de conhecimento e de experiências científicas (Weber, 2017:32-38).

Deste modo, Max Weber nos ajuda a identificar a posição moral de um político-docente. Em Angola, este professor existe, cuja afirmação resulta de experiências vividas e observadas nas academias frequentadas, embora se trata de uma realidade inescapável aos países subdesenvolvidos educacionalmente no mundo. Porém, para nós, em parte, o político-docente não é só o docente que desconhece os princípios e métodos, também é aquele que na

sala de aula toma uma posição autoritária<sup>13</sup> sobre os alunos/estudantes, ou incute as suas concepções político-ideológico-partidárias, tornando a vida dos estudantes uma sina sitiada. Observando José Libânio, o político-docente não é como o professor que ao ministrar o processo de ensino em função da aprendizagem dos estudantes, utiliza um conjunto intencional de acções, passos, condições externas e procedimentos, que chamamos métodos de ensino. Por exemplo:

- a) Método expositivo (actividade de explicar a matéria);
- b) Método de elaboração conjunta (que estabelece discussão entre professor-aluno);
- c) Método de resolução de tarefas (que estimula a resolver tarefas ou trabalhos);
- d) Método investigativo (visa o domínio dos processos de conhecimento científicos);
- e) Método de observação (estimula a observação) (Libâneo, 2006).

Na verdade, existem muitas classificações dos métodos e suas relações com as tarefas e princípios da didática, e todos devem ser concebidos na perspectiva tradicionalista e moderna. A perspectiva moderna nos interessa, porque torna a posição de aluno-professor-matéria numa relação gnosiológica, esta relação, que para Paulo Freire (1983:46), assenta na educação como comunicação ou é concebida como “diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”, entre professores-educadores e estudantes assimiláveis na sala de aula moderna.

## 6 Ética do cuidado no ensino superior

A ética da responsabilidade e da convicção<sup>14</sup>, fundamentalmente, a ética deontológica e teleológica, são éticas consideráveis nas Instituições de Ensino Superior, porque, independentemente das controvérsias ideológicas, visam, mediante o conteúdo do bem, olhar

<sup>13</sup> O docente autoritário é um opressor, já criticado por Paulo Freire, em sua obra, pedagogia da autonomia, sustenta que “a violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos” (Freire, 1987:16). As ideias de Paulo Freire em relação o opressor (docente, versus oprimido (aluno)), funda-se na ética do cuidado, tendo em conta que o mesmo a partir da observação de um descuido humano, busca evidenciar uma ética pedagógica libertadora.

<sup>14</sup> A distinção entre a vocação científica e a vocação política leva Weber a também diferenciar duas éticas, correspondentes a papéis sociais específicos: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. No que tange a intelectuais, cientistas, religiosos e pessoas devotadas a esquemas teóricos, ideais e morais, seu esquema de agir, avaliar e julgar é fundado em uma ética da convicção, distinguindo o certo do errado, o moral do imoral etc. Seu comportamento é reto, ainda que enfrente oposições. Já no que tange aos agentes políticos, sua ética é da responsabilidade. Os juízos e as acções são orientados pela proporção, pela estratégia, almejando resultados. Nesse processo, muitas vezes sacrificam-se a verdade, a moral ou os princípios declarados ou assumidos (Alysson Leandro Mascaro, 2022:45).

o fim ético de um sujeito moral em prol doutro sujeito moral. A ética deontológica tem uma grande relação com a ética profissional, embora a perspectiva da ética do cuidado nos pareça mais viável para a orientação do professor, face o cumprimento da ética do dever (código de conduta).

Uma Instituição de Ensino Superior, isto é, uma universidade, é sempre uma instituição educativa permanente de exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão (Bispo e Júnior, 2014)<sup>15</sup>. O lugar em que o político-docente e o professor-educador exercem actividades conscientes, é um lugar, que exige três missões (ensino, investigação e extensão), essas missões só funcionam ao nosso entendimento com a prevalência da ética do cuidado ou *ethos-atitude*<sup>16</sup>, cuja atitude:

É uma fonte, gera muitos atos que expressam a atitude de fundo. Quando dizemos, por exemplo: — nós cuidamos de nossa casa subentendemos múltiplos atos como (sic): preocupamo-nos com as pessoas que nela habitam dando-lhes atenção, garantindo-lhes as provisões e interessando-nos com o seu bem-estar (Boff, 1999:12).

O enquadramento da perspectiva da ética do cuidado evidencia que os políticos-docentes estão fora da esfera do cuidado. Pois, os descuidos ou as faltas de cuidados elencados por Leonardo Boff são vários<sup>17</sup>, mas pode-se-lhe enquadrar neste contexto, porque, segundo o autor, sem o cuidado o ser humano morre. Traz uma perspectiva muito abrangente da ética do cuidado como um fenómeno ontológico, “uma *atitude* de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”(ibidem). Na Universidade, o envolvimento afetivo é um ponto muito peculiar, que deve existir na relação estudante-professor-educador, sem descurar a relação estudante-político-docente, embora este último

<sup>15</sup> Tal pressuposto está associado ao conceito moderno hamboteano e Newmaniano, sem descurar Max Scheller e Karl Jaspers, que olhando para Von Humboldt, que definiu a universidade como uma instituição de pesquisa, e John Newman que a conceptualizou como uma instituição de ensino, buscaram considerar as duas concepções, isto é, Pesquisa e Ensino, como elementos desarticuláveis na universidade (Faustino, 2024). Para além daquelas concepções, Chocolate Brás nos remete que o modelo Deweyaniano vê a universidade como um lugar de promoção da cidadania e no envolvimento com a sociedade, e alega que tal modelo correlaciona a essência da extensão e da universidade na actualidade (Brás, 2019).

<sup>16</sup> Somos apologistas de que, para além da falta de cuidado no ensino superior levar o estudante a uma sina sitiada, também leva as universidades a presença de uma tríplice crise, isto é: A crise da hegemonia, «na medida em que é posto em causa o monopólio das universidades na produção de conhecimento científico avançado»; a crise da legitimidade, «na medida em que é questionado o papel das universidades no aumento [...] da democratização da sociedade; e, a crise institucional, «na medida em que o modelo organizativo das universidades não parece ter condições para sobreviver as crescentes pressões da sociedade envolvente (Santos *apud* Kajibanga, 2000:141).

<sup>17</sup> Para Leonardo Boff (1999) face a esta situação de falta de cuidado, muitos se rebelam. Fazem de sua prática e de sua fala permanente contestação. Mas sozinhos sentem-se impotentes para apresentar uma saída libertadora. Perderam a esperança.



deva se desvincular da vocação política na sala de aula, levando, apenas, a vocação científica com paixão e inspiração, conforme defendeu Max Weber (2017)<sup>18</sup>.

## 7 Confluência da ética do cuidado no Ensino Superior de Angola

Angola é um país, que a educação foi encarada como uma obrigação do Estado, isto é, a prior numa perspectiva socialista platónica. Hoje é diferente, não é, só, o Estado o agente da educação, cuja educação que foi nacionalizada a despeito da Lei nº. 4/75, de 9 de Dezembro (Buza, *et al*, 2022). Actualmente, com a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei n. 32/20, de 12 de agosto, compreende-se a natureza binária do subsistema do Ensino Superior, isto é, temos em Angola um Ensino Superior Universitário e um Ensino Superior Politécnico. A imagem que temos destas Instituições de Ensino Superior em Angola não é tão negativa ao extremo, mas é certo que é inescapável a existência de muitos políticos-docentes, que levam a posição política na sala de aula, ao invés de uma posição pedagógico-moderna.

Com Max Weber, levanta-se a possibilidade de ser mais profícuo e, falivelmente, sugerir que o docente deve levar as suas concepções científicas na política, do que levar as suas concepções político-ideológico-partidárias no Ensino Superior de Angola, havendo, exclusivamente naquele espaço educativo o compromisso pedagógico entre o professor-educador e o estudante, face uma relação ética de cuidado:

Que proporciona a elaboração de um discurso ético universal, principalmente por ser inerente ao ser humano, ou seja, pertencer à sua essência concreta. O autor sugere que tal perspectiva seja comparada à ética mais utilizada, contemporaneamente, que é a ética da justiça. Cuidado e justiça se distinguem, possuem lógicas diferentes, mas não se opõem. Eles se compõem. Precisamos de ambos para dar conta da complexidade dos problemas atuais (Boff *apud* Possamai e Siqueira-Batista, 2022:112).

Leonardo Boff elenca muitos cuidados a alcançar no mundo (face a relação do homem com a natureza), mas é sobre o cuidado com o outro (professor com o aluno), e de forma amorosa, que a reflexão da pesquisa busca passar aos leitores, não obstante para o Ensino Superior Angolano, ser necessário que a classe de professores e Assistentes observem o Estatuto da Carreira Docente e compreendam os seus deveres e direitos. Pois neste diploma compreende-se, que tanto o político, que também é docente, ou o professor, que possa ser educador, devem ser:

---

<sup>18</sup> É importante realçar que Webber sofreu e tem sofrido críticas com base a tendência de distinguir o político versus cientista nos meandros da ética e da prática política.

- a) Idóneos e íntegros, bem como portadores, defensores e promotores de valores, princípios e regras de ordem moral, ética e deontológica, cívica e de cidadania, de acordo com o Código de Ética e Integridade vigente nas suas instituições (DEVER).
- b) Possuir liberdade de pensamento e de expressão de ideias e opiniões, de criação cultural, científica e tecnológica, de acordo com os valores, princípios e regras de índole moral, ética, deontológica, cívica e de cidadania, aplicáveis à sua actividade profissional (DIREITO), (Decreto Presidencial nº, 191/18, de 8 de Agosto, l. c e a)

A ética do cuidado (nas Instituições de Ensino Superior de Angola) tem uma dimensão compreensível para além das éticas (utilitária, virtude e deontológica), e deve passar por estes dois pontos proclamados pelo Decreto Presidencial nº.191/18, porque quem defende valores e princípios de ordem moral, cuida e facilita o processo de ensino-aprendizagem, não põe barreira no caminho do estudante por razões político-ideológica ou comportamental. Aliás, estimula a liberdade como uma matriz de construção de coisas e contribui, a despeito do ensino baseado na ética do cuidado, na construção do desenvolvimento sustentável do país, formando homens engajados com as causas ou problemas solucionáveis da vida individual e colectiva, concomitantemente da sociedade geral. O desenvolvimento sustentável de um país deve ser uma construção dos homens que passam na actividade pedagógica do professor-educador (ou do político-docente, que não leva a sua concepção ideológico-partidária na sala de aula, mas contribui com a sua vocação científica na educação de homens políticos que materializam a felicidade). Observando Moisés Candumbo, a felicidade consiste na satisfação ética e completa das necessidades dos cidadãos (Candumbo, 2023).

## Conclusão

Portanto, constata-se no trabalho um exercício evidente sobre o conceito de moral e a existência de muitas éticas, isto é – a ética teleológica, ética deontológica, ética da responsabilidade e convicção. Embora haja vinculação entre todas éticas elencadas, fundamentalmente a ética deontológica, que sustenta a ética da profissão docente, a pesquisa focou-se na ética do cuidado de Leonardo Booff para sugerir uma ética na actividade binária do Ensino Superior, não obstante evidenciar os descuidos do professor, que não é educador, num confronto de ideias sobre o político-docente versus professor-educador.



Observou-se que um político-docente pode ser uma pessoa profissional no campo da docência, se a prior estar dotado de agregação pedagógica, conhecendo os métodos e princípios activos de ensino-aprendizagem, e a posterior desligar-se da atitude descuidada de levar a vocação político-ideológico-partidária na sala de aula, tornando-se deste modo um professor-educador, que na verdade, é um professor que ministra aulas não apenas passando o conteúdo preestabelecido, mas procurando demonstrar o seu entendimento íntimo, adequando-se ao mundo ao seu redor, facilitando a interação dos alunos entre si e com ele mesmo. Cujas forma de ser com os alunos, está muito associado a ética do cuidado, porque é uma perspectiva muito abrangente sobre a ética como fenómeno ontológico, e consiste na atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.

Ademais, é um trabalho teórico que resultou de comentários sobre a imagem das Universidades em Angola na sala de aula (no curso de pós-graduação em agregação pedagógica, UCAN), em que há políticos que a despeito de suas tarefas políticas e concepções políticas, saem da esfera do cuidado, transformando os seus estudantes ou alunos em seres mortos na sina académica. Verifica-se pela sua natureza intencional que não é um artigo nem sobretudo um trabalho comum, acredita-se que muita crítica sobre o mesmo poderá ser útil para as futuras reparações e desenvolvimento construtivo; embora a finalidade seja melhorar as acções comportamentais no sistema educativo Angolano e sobretudo no mundo, com fundamentos éticos-filosóficos; entrementes científicos educacionais, com autores devidamente creditados.

## Referências

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Lebooks Editora, 2019.

ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco** (4ed). São Paulo: Nova cultura, 1991.

BEZERRA, Fábio L. O. **Responsabilidade do governante, impeachment e modelo brasileiro de improbidade administrativa**: contributo para uma teoria de articulação entre responsabilidade política e responsabilidade jurídica. Tese de doutoramento em Direito: UNIVERSIDADE COIMBRA DE DIREITO, 2016.

BISPO, Fabiana, e JUNIOR, Ailton. : educador ou prestação de serviços, 2024. Disponível em <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/35920363.pdf>. > Acesso em 20. de Junho. de 2024.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política. a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar ética do humano – compaixão pela terra**. Rio de Janeiro. Petrópolis, 1999.

BUZA, Alfredo, LEHER, Roberto e CANGA, Juliana . O público e o privado diante da mercantilização da educação em Angola, 2022. Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53498>. Acesso em 02. Maio de 2024.

CADILHA, Suzana. (2018). **Naturalização da ética**: o que significa. Disponível em <[https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta1/12619619/Naturaliza\\_o\\_da\\_Etica.\\_O\\_que\\_significa.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta1/12619619/Naturaliza_o_da_Etica._O_que_significa.pdf) > Acesso em 12. de Maio.2024.

CANDUMBO, Moisés. **Marcos da felicidadania**: desafios urbanos e a problemática da habitação em Angola. Luanda: Soletrar Editora, 2023.

CORÁ, Élsio e BRONDANI, Clóvis. **O encontro entre teleologia e deontologia**: uma análise a partir da interpretação contemporânea de paul Ricoeur, 2010. Disponível em

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2010v9n1p43>>. Acesso em 15. de Dez. 2024.

Decreto Presidencial nº 191/18, de 8 de Agosto. I série, nº 118.

FAUSTINO, Nlando Matondo. Curso de pós-graduação em agregação pedagógica: ensino, investigação e extensão. Módulo de Universidade e novas tendências universitárias. Universidade Católica de Angola, 2024.

FERRER, Marcília. Qual é a diferença entre o professor e o educador, 2022. Disponível em <<file:///C:/Users/h/Downloads/Qual%20%C3%A9%20a%20diferen%C3%A7a%20entre%20o%20professor%20e%20o%20educador%20.htm>>. Acesso em 15. De Maio de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** (17ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, José. Curso de pós-graduação em agregação pedagógica: ensino, investigação e extensão. Módulo de Didática do Ensino Superior. Universidade Católica de Angola, 2024.

KAJIBANGA, Victor. **Ensino superior e dinâmica cultural de desenvolvimento: reflexão sobre o papel do ensino superior em Angola**. 2000. Disponível em <<file:///C:/Users/h/Downloads/root,%20%23default.groups.name.manager%23%23,+7094-23404-1-CE.pdf>> Acesso em 30. de Fev.2024.

KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Brasil Editora S.A, 1956.

LELO, Abel. Curso de Licenciatura em Ciência Política: ensino. Disciplina de Ética e Prática Política. Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Ciências Sociais, 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Sociologia do direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

NEVES, Patrão. **Ética, deontologia e prática profissional**. 2016.

POSSAMAI, Verónica, e SIQUEIRA-BAPTISTA. **A ética de Leonardo Boff**: saber cuidar. 2022. Disponível em <<https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/15473/12683>>. Acesso em 30. de Julho.2024.

REIMÃO, Cassiano. Ética da profissão docente. In BRITO, José Enrique Silveira de (coord.). **Ética das profissões actas do colóquio luso-espanhol de ética das profissões**. Luanda: Aletheia, 2006.

SANTOS, José Manuel. **Introdução à ética**. Lisboa: Documenta, 2012.

SANTOS, M. Varela, e MACEDO, Lima. **No reino dos porquês** – o homem do outro lado do espelho. Porto Editora, Lisboa, 2011.

SARAIVA, Augusto. **Filosofia**. Portugal: Editora Educação Nacional – porto, 1973.

SHAPIRO, Ian. **Os fundamentos morais da política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WEBER. Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

WIIG, Arne, AMUNDSEN I, KOLSTAD, I, FRANÇA L. de ANDRADE V. P. de. **Compêndio de ética** – função pública, empresas e negócios. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2016.

Recebido em: **17/09/2024**  
Aprovado em: **07/10/2024**